

Governo não pensa em ampliar moratória

José Coury Neto

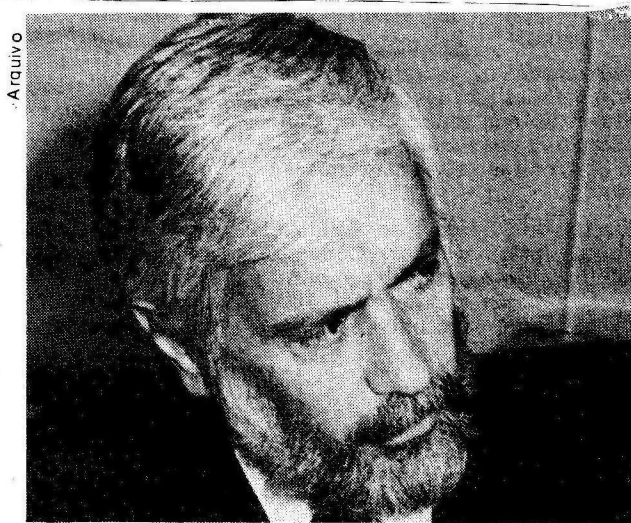
O governo brasileiro ainda não pensa em ampliar a moratória, suspendendo o pagamento dos juros aos bancos governamentais que integram o Clube de Paris (Exim-banks da França, EUA, Alemanha e Inglaterra) mas no processo de renegociação da dívida externa não abrirá mão de dois pontos principais: a urgente obtenção de dinheiro novo e condições de pagamento semelhantes às obtidas por alguns países devedores como México e Argentina.

De acordo com um assessor do Ministério da Fazenda, sem estes dois pré-requisitos o Brasil terá dificuldades em saldar os compromissos acertados em janeiro último com o Clube de Paris. O país deveria retomar o pagamento dos juros aos bancos oficiais que integram o Clube de Paris no dia 15 de julho deste ano, pagando uma primeira parcela de US\$ 100 milhões. Até o final do ano o total a pagar atingiria US\$ 570 milhões. A ampliação da moratória implicaria numa economia para o país de cerca de US\$ 3 bilhões.

Dentro deste contexto, o governo só retomará as negociações com o Clube de Paris após a conclusão de um plano de ajuste macroeconômico, que vem sendo elaborado pela nova

equipe do Ministério da Fazenda e será apresentado também ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Dentre as diretrizes do plano está a meta de crescimento de 5% este ano, com 3 a 3,5% de crescimento para o setor industrial; redução do déficit público dos 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) registrados em 86 para cerca de 2% do PIB em 1987; superávit da Balança Comercial entre US\$ 8 e 9 bilhões; necessidade de financiamento do setor público (o país precisará de um total superior a US\$ 4 bilhões em novos financiamentos externos neste ano); além de política cambial e comportamento da base monetária (minidesvalorizações diárias).

O assessor de Bresser destaca que este plano não tem qualquer ligação com o plano de ação governamental que está sendo elaborado pelo Ministério do Planejamento e prevê medidas para o desenvolvimento da área social do país. O governo, segundo ele, espera que a missão do FMI que permaneceu durante 23 dias no país coletando dados sobre a economia brasileira, aguarde a conclusão do plano de ajustes para finalizar seu relatório que, se favorável, consistirá numa espécie de aval, garantindo bons resultados quanto à negociação com o Clube de Paris.



Edmar Bacha: a moratória se tornou inviável

No momento o governo joga com a expectativa de que os credores internacionais e o FMI considerem que o Ministério da Fazenda possui uma equipe renovada e com idéias «realistas», e portanto com maior mobilidade para estabilizar a economia interna. Além disso espera convencer aos credores de que o país não tem como pôr fim à moratória, pois apresenta as mesmas condições econômicas que obrigaram o governo a suspender o pagamento dos juros da dívida externa aos bancos privados internacionais, para manter suas reservas que atingiam no dia 20 de fevereiro, data da decretação da moratória, US\$ 3,9 bilhões.

Alguns economistas

brasileiros, entretanto, condenam a tese de defesa das reservas, uma vez que elas, ao que tudo indica, têm caído substancialmente apesar da desinformação sobre o total. Para o ex-presidente do IBGE, Edmar Bacha, a moratória já tornou-se inviável em função da precária situação de caixa do país. Ele é de opinião que o país não conseguirá fechar o seu balanço de pagamentos apenas com a economia obtida com a suspensão do pagamento dos juros de médio e longo prazos aos bancos comerciais. Por outro lado acredita também que a moratória só serviu para criar atritos uma vez que houve diminuição das linhas de crédito para exportação, dificultando o relacionamento do país internacionalmente.